

A PATOLOGIZAÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL SOB A ÓTICA DOS ENCAMINHAMENTOS PARA UMA CLÍNICA-ESCOLA DE PSICOLOGIA

Antonio Marcio Marques de Queiroz¹

Maria Lúcia Vidal Mattos²

RESUMO

Este estudo se deu a partir dos casos de Triagens realizadas durante o Estágio Básico Supervisionado IV do curso de Psicologia do UniAcademia. Observamos que houve uma prevalência de crianças e adolescentes que foram encaminhados para a Clínica-Escola de Psicologia com o diagnóstico de TDAH. Durante os estudos e discussões realizadas, constatamos a necessidade de estabelecer um diálogo mais aprofundado sobre o processo de patologização vigente em muitas escolas, que vem impactando na atuação dos professores e da própria instituição escolar. Consideramos que tal processo não propicia um olhar mais amplo sobre o aluno e suas potencialidades. Muitas vezes o diagnóstico é usado para ditar as regras do processo de ensino, 'enquadrando' o sujeito naquilo que é diagnosticado, especialmente os casos de TDAH, sem pensar outras possibilidades de aprendizado. O intuito é estabelecer um diálogo sobre o processo de patologização do ambiente escolar, procurando refletir sobre as potencialidades, desejos, dificuldades e limitações apresentadas por aquele aluno considerado 'diferente' dentro de sua singularidade, ressaltando sua capacidade de aprendizagem dentro de suas possibilidades existenciais.

Palavras-chave: Educação. Patologização. Triagem. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade.

RESUMEN

Este estudio ha sido realizado a partir de casos de Triajes hechas durante las Pasantías Supervisadas IV en el curso de Psicología de la UniAcademia, ya que un predominio de niños y adolescentes con diagnóstico de TDAH ha sido conducido hacia la "Clínica-escola de Psicología". Considerando las discusiones hechas durante la Supervisión de Pasantía, hemos constatado la necesidad de establecer un diálogo

¹ Bacharel em Filosofia e Teologia pelo Centro Universitário UniAcademia; Especialização em Didática do Ensino Superior; Especialização em Educação Especial e Inclusiva; Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Atualmente cursa Psicologia no UniAcademia, em Juiz de Fora – MG. (antoniomarcio.psi@gmail.com).

² Graduada em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (1983) e Mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Atualmente é professora titular do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, lecionando a disciplina Psicologia Escolar; Supervisora do Estágio e Coordenadora dos Estágios Curriculares (Básico e Específico) Supervisionado em Psicologia. (mluciamattos@gmail.com)

más profundizado acerca de las dificultades en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Puesto que existe un proceso de “patologización” que ocurre en el ámbito escolar, consideramos que este proceso no proporciona una mirada ancha o bastante respecto a los estudiantes y sus potenciales. Muchas veces el diagnóstico es utilizado como forma de imponer reglas en el proceso de enseñanza, haciendo que el individuo sea enmarcado en su diagnóstico, especialmente en los casos de TDAH, sin considerar otras posibilidades de aprendizaje para ello. Nuestro objetivo es establecer un diálogo acerca de este proceso de “patologización” en el ámbito escolar, intentando reflexionar sobre las potencialidades, anhelos, dificultades y limitaciones presentadas por los estudiantes considerados “diferentes” en su singularidad, resaltando su capacidad de aprendizaje en sus inherentes posibilidades.

Palabras-clave: Educación. Patologización. Clasificación. TDAH.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo se deu a partir das atividades realizadas durante o segundo semestre de 2023, durante o cumprimento do Estágio Básico Supervisionado IV que teve como prática principal a triagem em Psicologia. Este foi realizado em uma Clínica-Escola de Psicologia que presta serviços à comunidade local, sendo um espaço importante de pesquisa e aprendizagem para os alunos sob a supervisão de professores orientadores.

Conforme destaca Herzberg (1996, p.148): “a função básica da triagem é chegar a uma conclusão, na medida do possível, quanto ao melhor encaminhamento dos clientes”, e assim procuramos orientar nossa prática na triagem, buscando as devidas informações que posteriormente facilitem o trabalho daqueles que atenderão estes mesmos pacientes. Entretanto, a triagem não somente visa a coleta de dados e informações sobre o paciente, mas se constitui como um espaço de escuta e cuidado, abrindo “nossa escuta para aquilo que o paciente tem a dizer e o que o mobilizou a procurar ajuda psicológica” (Herzberg; Cerioni. 2016, p. 599).

Neste sentido, na prática da triagem, deve-se também buscar uma compreensão, ainda que inicial, do sofrimento apresentado pela pessoa, que procura uma forma de alívio. Enquanto espaço fundamental de escuta e acolhida, a triagem é “a tarefa de procurar um significado para as perturbações trazidas pelo paciente e ajudá-lo a descobrir recursos que o aliviem” (Marques, 2005, p.162).

As triagens realizadas aconteceram em apenas uma entrevista. Sempre com o objetivo de acolher aquele sujeito e a demanda trazida por ele. Durante esta prática

REVISTA PSIQUE: RELATOS ACADÊMICOS, Juiz de Fora, v. 4, n. 5, p.14-27, jul./dez. 2024 – ISSN 2448-3443

foram repassadas as informações do funcionamento da clínica e sobre o valor simbólico dos futuros atendimentos. É importante ouvir o que cada paciente trouxe como demanda principal, a fim de que haja um trabalho em conjunto, confirmando que psicoterapeuta e paciente precisam estar envolvidos no processo. Isto confirma que “de uma triagem ‘bem-sucedida’, se é que se pode utilizar essa expressão, deveria advir uma sensação de trabalho conjunto, triador/cliente, e de que as decisões tomadas foram bilaterais e não imposições de qualquer uma das partes sobre a outra” (Herzberg, 1996, p.154).

Ao refletir sobre as demandas trazidas no Estágio Básico Supervisionado IV, durante o processo das triagens, procuramos considerar, sobretudo, as demandas relacionadas ao ambiente escolar e que chegaram à clínica por meio de diversos encaminhamentos, inclusive encaminhamentos feitos pela própria escola. Demandas estas que nos instigaram e proporcionaram reflexões sobre um processo de patologização presente no ambiente educacional que refletem nos serviços de saúde mental.

Consideramos que o tema da patologização do processo educacional foi algo repetido pelos pacientes, com diversas nuances, sobretudo no que se refere aos diagnósticos de TDAH (Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). É importante perceber que a demanda nasce no contexto de uma instituição educacional e ocasiona reflexões, apontamentos e possíveis caminhos para redirecionar algumas práticas vigentes que podem ser ressignificadas em vista da promoção da saúde do sujeito envolvido naquele contexto escolar.

Diversos estudos (Viégas Lúcia de Souza, 2014; Dantas, Jurema Barros, 2015; Caliman, 2009; Collares, C.A. L, 1994; Moyses, M.A.A., 2001) apontam que na última década houve um expressivo aumento de crianças diagnosticadas com TDAH. O site do Ministério da Saúde (2022) notifica que entre 5% e 8% da população mundial apresenta o transtorno de déficit de atenção com a hiperatividade, o que denota um aumento dos diagnósticos em escala crescente (Ministério da Saúde, 2022).

Neste contexto, alguns manuais de orientação a pais e professores foram lançados no mercado editorial, cujo intuito era “ensinar” a lidar com estas crianças, tantas vezes consideradas rebeldes, turbulentas, desatentas e impulsivas. A discussão deste tema na mídia de diversas maneiras, acabou motivando a rotulação e criando estigmas inadequados sobre os pacientes que possuem o TDAH.

Na prática do estágio na clínica-escola, não foi diferente. O TDAH e a ansiedade surgiram como temas recorrentes nas triagens realizadas por este estagiário, assim como por demais colegas de supervisão.

O tema da saúde mental dentro do processo educacional deve sempre estar aberto à discussão, sobretudo quando se reduz o sujeito a um aspecto de sua vida – neste caso um transtorno que este possui, limitando-o e esquecendo suas potencialidades e diversas possibilidades diante do contexto da vida social, familiar e educacional.

Diante do exposto acima, buscamos refletir sobre um processo de medicalização/patologização do ambiente escolar, pois o aluno é visto somente a partir do ângulo do fracasso ou da patologia que a ele se aplicou. Cabe-nos enquanto profissionais da Psicologia, saber diferenciar o que é realmente uma dificuldade de aprendizagem e o que é um transtorno que ocasiona alguma dificuldade no processo de aquisição do conhecimento, pois sem isto toda dificuldade poderá ser vista como uma patologia. Seria muito reducionista considerar que todo aluno que possui dificuldade na aprendizagem possui algum tipo de patologia e que esta seria o motivo de seu fracasso escolar. Dentre as oito triagens realizadas, apareceram quatro casos com possível diagnóstico de TDAH, o que despertou nosso interesse para uma reflexão mais aprofundada sobre o processo e o discurso de patologização no ambiente escolar.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PRÁTICA

O Estágio Básico Supervisionado IV ocorreu em uma Clínica-escola de Psicologia, no segundo semestre de 2023. O público-alvo atendido reside, em sua maioria, na cidade de Juiz de Fora.

A partir das orientações fornecidas no Estágio de Triagem, fez-se o primeiro contato com o paciente, acolhendo e anotando as informações necessárias na ficha cadastral. Após o atendimento, esta ficha do paciente ficou arquivada para o devido encaminhamento para os atendimentos na Clínica, segundo ordem de prioridade e/ou disponibilidade dos horários e alunos que atenderão os mesmos posteriormente.

Aos estagiários do curso de Psicologia, é fornecido o Manual da Clínica-escola de Psicologia (Uniacademia, 2023). Esse manual possui todas as informações

de funcionamento da clínica, leis e deveres dos alunos, psicólogos supervisores e coordenadores, sendo um instrumento muito importante para a trajetória e boa realização dos estágios. Todos os serviços prestados pela clínica-escola estão baseados nos princípios da ética profissional do psicólogo, que encontra respaldo no Código de ética profissional do psicólogo, especialmente nos Princípios Fundamentais, enfatizando que “o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática” (CFP, 2005, p.7). O mesmo Código ainda reforça que a atuação do psicólogo deverá estar baseada no respeito, na promoção da dignidade e na promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas (CFP, 2005, p.7); e estes mesmos princípios já devem ser respeitados e valorizados por nós que estamos no estágio e na formação em psicologia, demonstrando um posicionamento ético e nossa responsabilidade diante da profissão que pretendemos e diante do sujeito, com sua história de vida, que se apresenta na clínica escola.

3 DISCUSSÃO TEÓRICO-PRÁTICA

Durante o período da triagem realizada, observamos que alguns pacientes trouxeram a demanda de um diagnóstico de TDAH, possuindo um laudo médico para isto ou uma suspeita da escola, sendo por isto feita a recomendação de que buscassem um acompanhamento psicológico. Dos oito pacientes atendidos na triagem, quatro deles apresentaram laudo ou suspeita de um diagnóstico de TDAH, em grande medida relacionado ao ambiente escolar ou às demandas deste mesmo ambiente. Entretanto, sabemos que o diagnóstico precisa ser um processo cuidadoso, pois impacta na própria subjetividade da pessoa, mediante aquilo que se lhe apresenta como um fator determinante para sua vida; por isto deve-se colocar em discussão a relevância e o impacto de todo diagnóstico, a fim de verificar sua real validade. Caliman (2009) destaca que o diagnóstico não é simples e requer especial cuidado.

Para os que lidam cotidianamente com o problema do TDAH, os indivíduos diagnosticados, suas famílias ou os profissionais de sua clínica, a pergunta sobre a existência real do transtorno é um prisma composto de muitas partes e sentidos, nem simples, nem autoevidente. Muitos elementos entram em

jogo na decisão sobre o que é real, o que não é real, o que é patológico, o que é normal e se o TDAH se inclui em um ou em outro desses reinos. (Caliman, 2009, p.143).

A patologização do processo educacional vem ocorrendo em grande escala, e desvirtua o papel da Escola diante de sua tarefa que é gerar conhecimento e inclusão, pois ao facilitar os diagnósticos precocemente ou encaminhar seus alunos para possíveis diagnósticos, a Escola está esquecendo de trabalhar as potencialidades deles como sujeitos no mundo. Lacet e Rosa (2017, p.234) apontam para uma “epidemia diagnóstica”, pautada em um saber médico, que não considera a subjetividade da criança:

Os desdobramentos dessa epidemia diagnóstica afetam a criança nos mais diversos âmbitos, como no escolar, em que se instala a demanda de que tenha seu corpo e comportamentos disciplinados em nome do bom aproveitamento escolar, muitas vezes ocultando impasses que dizem respeito à própria instituição de ensino; e no familiar, em que pais balizados por um saber médico, que aponta para a etiologia orgânica do TDAH, percebem-se pouco implicados com os sintomas dos filhos, optando por um tratamento medicamentoso. Temos nesse caso, do lado da criança, em um só tempo, corpo, fala e angústia silenciados; via de regra ela não é escutada, mas julgada a partir de seus comportamentos. O desejo tanto do lado da escola como do da família é silenciar a criança e “sua agitação”. (Lacet; Rosa; 2017, p. 234).

Hashiguti (2009) em seu artigo intitulado “O discurso médico e a patologização da educação”, evidencia como os profissionais da educação foram se apropriando de uma linguagem médica e principalmente de uma função de diagnosticar os alunos problemáticos e encaminhá-los para o devido tratamento. Ela destaca que a escola exerce uma função de diagnosticar:

Diagnostica-se, através da avaliação, os problemas que os alunos têm, o que não conseguiram aprender nas aulas, e que remédio lhes deve ser dado para sanar tais problemas. Todas estas palavras são originalmente encontradas no discurso médico para a descrição de situações de doença, mas elas fazem parte, igualmente, do meio escolar (Hashiguti, 2009, p. 41).

Verifica-se, desta forma, que o ambiente escolar foi invadido pelo discurso médico e pela tentativa de diagnosticar os alunos, para que, na posse dos devidos laudos encontrem justificativas para um visível fracasso escolar tão vigente hoje em nossas escolas. Muitas vezes, ao adotar esta prática, o profissional da educação, não se dará conta de que está assumindo o papel do médico e colocando seus

alunos/estudantes no lugar de pacientes, a serem curados de alguma forma, responsabilizando-os por algumas diferenças que fazem parte do próprio processo educacional (Hashiguti, 2009, p.42).

Collares e Moysés (1994), no artigo intitulado “A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico: a patologização da educação”, advertem-nos sobre um processo de medicalização do processo educacional que acontece a partir de uma biologização focada unicamente no indivíduo, que o culpabiliza por qualquer erro ou desequilíbrio que possa ocorrer no processo de aprendizagem, sendo o indivíduo unicamente culpado, sem considerar o dado social, seu contexto e as relações estabelecidas. Se, no passado, este papel da biologização e do diagnóstico era realizado unicamente pelo médico, hoje ele é assumido por profissionais da educação, não qualificados para tal finalidade e desvirtuados daquilo que deveria ser a sua missão, promover a educação e o aprendizado. Collares e Moysés (1994, p.31) enfatizam:

O espaço escolar, voltado para a aprendizagem, para a normalidade, para o saudável, transforma-se em espaço clínico, voltado para os erros e distúrbios. Sem qualquer melhoria dos índices de fracasso escolar. Porém, se as crianças continuam não aprendendo, a isto agrega-se, em taxas alarmantes, a incorporação da doença... uma doença inexistente.

Desta forma, a educação e seus processos de fracassos estão sendo justificados por diagnósticos que não apontam horizontes, mas que cerceiam o sujeito e suas possibilidades no limite de um laudo. A medicalização aparece neste contexto como uma tentativa de solucionar o fracasso escolar a partir da adequação do sujeito àquele ambiente. Evidente que, quando se culpabiliza o aluno pela não aprendizagem, se esquece de perscrutar tudo o que está envolvido neste fracasso escolar, como o papel do ambiente escolar, os métodos educacionais empregados, o papel da família, as políticas públicas de educação, as condições socioeconômicas, entre outros fatores; tudo fica justificado a partir de um laudo centrado na falha do sujeito aluno.

Neste contexto, o fracasso escolar é justificado a partir da “existência de disfunções neurológicas, incluindo-se aqui a hiperatividade, a disfunção cerebral mínima, os distúrbios de aprendizagem e a dislexia” (Collares; Moysés, 1994, p. 27). Vale ressaltar que a própria escola e o processo educacional são frutos de seu tempo

e cultura, sendo que “o aumento do poder médico sobre a regulação de condutas e comportamentos e sua nova função de normalização psíquica constituem um novo sintoma no laço social” (Lacet; Rosa; 2017, p.242); e neste contexto social a escola tende a corroborar com um processo de medicalização tão vigente na cultura contemporânea.

Scarin e Souza (2020) apontam que este processo de biologização e patologização do processo educacional são um grande desafio para a reflexão do campo da psicologia e da educação e de outros campos do conhecimento. As autoras destacam que os profissionais da psicologia precisam conhecer mais o ambiente escolar para darem sua contribuição a esta reflexão sobre as relações complexas que acontecem na escola, entre seus profissionais e estudantes. Quando se tem um conjunto de relações complexas, não se pode ficar detido em diagnóstico centrado em um único indivíduo deste processo. As autoras apontam para um processo complexo, que envolvem as relações no ambiente escolar:

Processo este, complexo, construído nas relações sociais, culturais, pedagógicas, interacionais, institucionais, atravessado pelas políticas educacionais e por um conjunto de circunstâncias históricas. É fundamental conhecer o processo de aprendizagem no seu cotidiano, vivo, real, concreto. As pesquisas da área que se propõem a viver e conviver com a escola e com seus atores trouxeram e trazem importantes propostas para a escolarização que visam superar o olhar individualizante, patologizante e preconceituoso que ainda se vê presente na escola em relação a dificuldades enfrentadas, principalmente, no processo de leitura e escrita (Scarin; Souza, 2020, p. 7).

Sem um olhar mais abrangente deste processo, o aluno/estudante continuará reduzido aos seus erros ou fracassos. A Psicologia, poderá dar importantes contribuições para abrir horizontes de reflexão, pensando o sujeito em seu contexto e múltiplas relações.

Contudo, a psicologia também poderá construir discursos e estruturar a manutenção de práticas patologizantes, que reforçam esta patologização do processo educacional, e este procedimento deverá ser evitado pelo profissional da psicologia, tendo em vista sua atuação para a promoção da saúde do sujeito. Maia (2017), ao tratar do papel do psicólogo diante do ambiente escolar, destaca que “há necessidade de se abrir espaços de escuta e troca para os psicólogos escolares de maneira que possam refletir sobre sua atuação e transformá-la” (Maia, 2017, p. 7).

A Psicologia, enquanto ciência que busca uma compreensão das relações humanas, poderá capacitar os profissionais para perceberem o rastro histórico de uma lógica patologizante que insiste em perdurar até hoje; e que deve ser rompida à medida que se considera o sujeito na sua diversidade e multiplicidade de relações, pois cada sujeito existe no mundo à sua maneira e de acordo com seu horizonte existencial; e isto precisa ser considerado num processo de ser-no-mundo, constituir-se sujeito de sua própria história e sujeito aprendiz nas relações.

Pensando o campo de atuação do psicólogo no ambiente educacional, apontamos algumas reflexões e possibilidades de atuação deste profissional, considerando as relações estabelecidas na escola e as contribuições da psicologia para pensarmos o processo de ensino-aprendizagem. Conforme destaca Grinspun (1988, p. 26) “a análise da educação encontrará sempre o homem como agente ou objeto de seu processo, e para entender esse homem na visão de homem que possui, precisamos da psicologia para entender os problemas fundamentais que existem nessas relações”; eis porque é tão importante que observemos os processos envolvidos no âmbito educacional e pensá-los realmente como processos educativos e humanizadores.

Antunes, (2008) ao analisar a história da Psicologia Escolar assinala que:

A psicologia como um dos fundamentos do processo formativo do educador deve propiciar o reconhecimento do educador/professor como sujeito do processo educativo, traduzindo-se na necessidade de mudanças profundas das políticas de formação inicial e continuada desse protagonista fundamental da educação. Por sua vez, a ação do psicólogo escolar deve pautar-se no domínio do referencial teórico da psicologia necessário à educação, mediatizado necessariamente por conhecimentos que são próprios do campo educativo e das áreas de conhecimento correlatas. (Antunes, 2008, p.473)

Observamos que tanto na prática clínica da Psicologia e da Psicologia Escolar existe a necessidade de superação das práticas tradicionais do psicólogo, muitas vezes pautadas ainda numa perspectiva, nem sempre consciente ou assumida, de ação clínico-terapêutica. Prática esta que reforça o processo de medicalização/patologização das dificuldades escolares e comportamentais tanto presentes nos consultórios de psicologia, quanto nos encaminhamentos escolares e médicos presentes por exemplo nas triagens realizadas na Clínica-escola.

Sendo assim, o estágio que realizamos na clínica-escola, fazendo as triagens, ajudou a perceber os processos patologizantes envolvidos no ambiente educacional, tão presentes em pesquisas e estudos educacionais e da própria psicologia. Destacamos, outrossim, que as demandas do contexto escolar e também a forma como as relações se estabelecem neste contexto, devem interessar ao profissional da psicologia. O psicólogo deve sempre ter em vista uma educação que priorize relações de diálogo, preservando a dignidade da pessoa e seu processo de humanização, para o qual a psicologia oferece máxima contribuição, ao pensar o sujeito, suas demandas, suas relações e potencialidades dentro do processo educacional e seu processo de desenvolvimento pessoal.

À Psicologia caberá o papel de problematizar os processos educativos, promovendo a consciência e a reflexão sobre estes processos e tudo que os perpassa. Conforme destacam Zanelato e Courell (2019, p.20), cabe à Psicologia ainda:

desconstruir preconceitos, mediar relações, coletivizar os saberes, promover diálogo, auxiliar na compreensão das singularidades, permitindo uma visão integral sobre o desenvolvimento do sujeito, bem como a ampliação do olhar acerca dos processos educativos.

Desta forma, a Psicologia Educacional proporcionará um instrumental de reflexão que iluminará a prática escolar em seus diversos níveis, pensando os processos envolvidos, os atores, as metodologias adotadas, os processos de patologização e desvalorização do sujeito, entre outros aspectos que envolvem a educação. Buscar e indicar rupturas possíveis com a lógica medicalizante no interior da educação e da clínica em psicologia, sem dúvida, é um desafio que nos instiga a todo o tempo da formação.

Neste contexto mencionado, devemos enfatizar o que o Código de Ética profissional do Psicólogo diz nos Princípios fundamentais II, a saber: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p.07); assim podemos pensar a promoção da saúde de forma ampla, incluindo os aspectos e questões que perpassam o ambiente educacional, a fim de torná-lo um ambiente propício à promoção da saúde e da autonomia dos sujeitos envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Estágio Básico Supervisionado IV, ao realizar as triagens na Clínica Escola de Psicologia, nos deparamos com um processo de patologização recorrente no que se refere às demandas do ambiente escolar, sobretudo com indicações da escola para que as famílias busquem um diagnóstico para seus filhos. Isto despertou muito a nossa curiosidade e reflexão, ajudando-nos a perceber que esta busca por um diagnóstico pode apresentar algumas consequências sérias para o processo de aprendizagem, se o sujeito não for considerado na sua singularidade.

Inclusive, devemos assinalar que o exercício da clínica de Psicologia também pode ser omissivo e compactuar com este processo de patologização, se a clínica se pautar em aspectos individualistas e patologizantes, não considerando os aspectos educacionais, sociais, relacionais e pedagógicos ao analisar as queixas escolares trazidas pelos indivíduos. A triagem foi uma prática de clínica, na qual buscamos olhar o sujeito em sua integralidade, não reduzindo-o a um sintoma ou um aspecto de uma possível patologia. Sendo assim, é preciso ampliar a reflexão e considerar todos os aspectos envolvidos na aprendizagem do sujeito, e não somente a sua dificuldade de modo reducionista e individualizante.

Recordamos, ainda, neste contexto, que o Código de Ética profissional do Psicólogo, nos seus Princípios Fundamentais I, sinaliza que o psicólogo baseará o seu trabalho na promoção da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano. Desta forma, a atuação do profissional da psicologia deve observar primariamente estes critérios, no sentido de promover a saúde da população, preservando a dignidade do sujeito, mediante tudo aquilo que possa aviltar seus direitos, sua saúde e sua integridade. O papel do psicólogo no âmbito escolar e no âmbito clínico deve ser no intuito da conscientização dos processos de desigualdade e desvalorização do ser humano e, sobretudo, na promoção da saúde, considerando a integridade física e mental como um destes aspectos da saúde do ser humano; eis porque se faz tão importante o diálogo dentro do ambiente educacional, gerando conscientização e processos de saúde para os alunos/educandos e profissionais da educação.

É preciso abrir o campo de reflexão e perceber que múltiplos aspectos estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, tais como a comunidade escolar, o engajamento dos professores, o acompanhamento da família, as relações com os

outros alunos, o interesse/desinteresse pelo tema da aula, entre outros aspectos que impactam o processo de aprendizagem. Se existem diagnósticos apressados no ambiente escolar, estes não são facilitadores do processo de aquisição do conhecimento e subjetividade, mas se tornam motivo de exclusão no espaço educacional, separando, segregando e delimitando aqueles que possuem dificuldades na aquisição do conhecimento ou no estabelecimento de relações e vínculos na escola.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M.A.M. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas.** *Psicologia Escolar e Educacional*, Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Vol. 12, N. 2. Jul./Dez. de 2008, p. 469-475. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental. Entre 5% e 8% da população mundial apresenta TDAH.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/entre-5-e-8-da-populacao-mundial-apresenta-transtorno-de-deficit-de-atencao-com-hiperatividade>. Acesso em 04 nov.2023.

CALIMAN, Luciana Vieira. **A constituição sócio-médica do “fato TDAH”.** *Revista Psicologia & Sociedade*; p.135-144, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100016>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hBfJpQhp43DFzLKnCbmPQwf/#>. Acesso em: 05 nov.2023.

COLLARES, C. A. L; MOYSÉS. M. A. A transformação do espaço pedagógico em clínico: a patologização da educação. **Série ideias**, São Paulo n. 23. p. 25-31, 1994. Disponível em <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_23_p025-031_c.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

DANTAS, Jurema Barros (org). **A Infância medicalizada: discursos, práticas e saberes para o enfrentamento da medicalização da vida.** 1 edição. – Curitiba, PR:CRV, 2015.

GRINSPUN, M. P. Os novos paradigmas em educação: os caminhos viáveis para uma análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 75, n. 179 p. 80-81, Brasília, 1994. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.75i179-80-81.1155>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/386>. Acesso em: 01 nov. 2023.

HASHIGUTI, Simone Tiemi. O discurso médico e a patologização da educação. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, v. 62, n. 2, p. 41-51, Jan./Jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132009000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/SHKycgd53fcWNLgh9HDg9Vf/?format=html>. Acesso em: 05 nov. 2023.

HERZBERG, Eliana. Reflexões sobre o processo de triagem de clientes a serem atendidos em clínicas-psicológicas-escola. **Anais de Teresópolis**. Campinas: Alínea, 1996. DOI: Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000980170>. Acesso em: 01 nov. 2023.

HERZBERG, E.; CERIONI, R. Expectativas de Pacientes acerca do atendimento psicológico em um serviço-escola: da escuta à adesão. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v.36, n.3, p. 597-609, Jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001402014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/JYZ5hF6NWwsQQ8pJ96s94hy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2023.

LACET, Cristine. ROSA, Miriam D. **Diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e sua história no discurso social: desdobramentos subjetivos e éticos**. *Psic. Rev. São Paulo*, vol. 26, n.02, pp.231-253, 2017. DOI: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2017v26i2p.231-253>. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/27565/24036>. Acesso em 06 nov. 2023.

MAIA, Camila Moura Fé. **Psicologia escolar e patologização da educação: concepções e possibilidades de atuação**. Universidade de Brasília, Brasília. 2017. DOI: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/23706>. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/23706>. Acesso em: 06 nov. 2023.

MARQUES, Nádia. Entrevista de triagem: espaço de acolhimento, escuta e ajuda terapêutica. In: MACEDO, Mônica Medeiros Kother; CARRASCO, Leanira Kesseli. (Orgs.). **(Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 161-180.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A Institucionalização Invisível: crianças que não aprendem na escola.** Campinas, SP: Mercado das Letras: São Paulo: Fapesp, 2001.

SCARIN, A. C. C. F.; SOUZA, M. P. R. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. **Psicologia escolar e educacional**, São Paulo, v. 24, p. 1-8. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020214158>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/NK7KFMcM8Wb9fYrhQgpwj5c/?lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

UNIACADEMIA. **Manual da Clínica-escola de Psicologia.** Juiz de Fora, 2023.

VIÉGAS Lúgia de Souza (org), **Medicalização da educação e da sociedade: ciência ou mito:** Salvador: EDUFBA, 2014.

ZANELATTO, E; COUREL, S. F. **Psicologia Escolar e Educacional: cartografia de um fazer.** Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://www.crprs.org.br/publicacoes/psicologia-escolar-e-educacional-cartografia-de-um-fazer>>. Acesso em: 02 nov. 2023.